



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

27/10/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Maioria dos reajustes salariais em setembro repôs inflação

A maioria dos reajustes salariais negociados em setembro (75,1%) tiveram correção igual ou acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os que ficaram abaixo da inflação, portanto, representaram 25%, sendo a menor marca desde junho de 2020. Os números constam no boletim Salariômetro - Mercado de Trabalho e Negociações Coletivas, divulgado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O INPC acumulado nos últimos 12 meses ficou em 8,8%, mesmo índice do reajuste mediano. Em setembro, foram negociados 445 acordos. Cerca de 65% dos reajustes do ano ficam a uma distância de 1 ponto percentual, para mais ou para menos, da inflação calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período, foram feitas 15.336 negociações. O piso salarial mediano de setembro ficou em R\$1.488. Nos últimos 12 meses, o valor mediano é R\$ 1.459.

Entre os dados divulgados, a Fipe apresenta também a prévia do salariômetro de outubro. A previsão é que o reajuste médio fique em 8,3%, sendo que 65,9% das negociações devem ficar acima do INPC. Até o fechamento do boletim, foram reunidos 85 instrumentos para o cálculo da prévia. Nesse sentido, os resultados preliminares podem se alterar com outras informações agregadas.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 27 de outubro.

Brasil gera 278 mil empregos formais em setembro

O Brasil gerou 278.085 postos de trabalho em setembro, resultado de 1.926.572 admissões e de 1.648.487 desligamentos de empregos com carteira assinada. No acumulado deste ano, o saldo é de 2.147.600 novos trabalhadores no mercado formal.

Os dados são do Ministério do Trabalho e Previdência, que divulgou nesta quarta-feira (26) as Estatísticas Mensais do Emprego Formal, o Novo Caged.

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 42.825.955 em setembro, o que representa um aumento de 0,65% em relação ao mês anterior.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 27 de outubro.

49 milhões de brasileiros estão em extrema pobreza, maior número desde 2001

O Cadastro Único (CadÚnico), utilizado para cadastramento em programas sociais do governo federal, registrou em setembro o maior número de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil desde que foi implementado, em 2001. Segundo a coluna do jornalista Carlos Madeiro, do UOL, os registros mostram que "49 milhões de brasileiros — ou 23% da população — afirmam não ter renda suficiente para sobreviver e precisam de auxílio governamental".

Os dados do CadÚnico ajudam a comprovar uma pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), que apontou que o número de pessoas que passam fome no país quase duplicou em menos de dois anos. Atualmente, cerca de 33,1 milhões de brasileiros passam fome no Brasil.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 27 de outubro.

BC mantém juros a 13,75% ao ano pela segunda vez seguida

Retomando o consenso entre seus membros, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) manteve a Selic (taxa básica de juros) em 13,75% ao ano pela segunda vez seguida.

Mesmo com a estabilidade, a taxa está no mesmo patamar que vigorou entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, depois do mais longo ciclo de alta de juros da história do Copom, iniciado em março de 2021. Nesse processo de aperto monetário, foram 12 altas consecutivas, com um aumento acumulado de 11,75 pontos percentuais, o maior choque de juros desde 1999.

A decisão de manutenção da Selic em 13,75% era uma expectativa unânime entre as 59 instituições financeiras consultadas pelo Projeções Broadcast. Isso porque o Copom indicou a estabilidade da taxa por "período suficientemente prolongado" após ter decretado o fim do ciclo de alta no encontro de setembro, com a decisão por 7 votos a 2 de manter os juros básicos em 13,75%. O comitê alertou, porém, que pode retomar o aperto monetário caso a desinflação não ocorra como o planejado.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 27 de outubro.

Brasil ganhou 192 mil empresas ativas em 2020, mas quase 660 mil perderam emprego

O Brasil voltou a registrar abertura de empresas em 2020. No primeiro ano da pandemia de covid-19, a economia brasileira passou a contar com mais 191,965 mil empreendimentos ativos em território nacional. No entanto, quase 660 mil assalariados perderam seus empregos.

Os dados são do levantamento Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2020 e foram divulgados nesta quarta-feira, 26, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi o segundo ano seguido de saldos positivos na abertura de empresas, depois de cinco anos consecutivos de extermínio de companhias. O bom desempenho pode ter influência de diferentes fatores, como uma possível subnotificação de fechamentos de empresas durante a pandemia.

Outra questão foi a mudança recente na metodologia de cálculo do levantamento do IBGE, que tem como base o Cadastro Central de Empresas (Cempre), e passou a incorporar também as informações do eSocial, num processo de substituição gradativa dos dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

Segundo Thiego Ferreira, gerente da pesquisa do IBGE, ainda é cedo para mensurar o impacto da pandemia sobre a abertura e fechamento de empresas no País. "Pode ser que o empresário tenha aguardado a retomada econômica, pode ser que em vez de fechar empresa ele tenha segurado um pouco e ainda não tenha dado baixa na Receita (Federal). Pode ter sido também até algum empecilho. E aí a gente não vê essa empresa como empresa que efetivamente saiu do mercado", explicou.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 27 de outubro.

Busca no Google pelo tema do salário mínimo sobe 40%

As buscas no Google pelo assunto salário mínimo saltaram na última semana. O avanço foi de 40% na procura pelas palavras na comparação com os sete dias anteriores.

O movimento aconteceu após a notícia, revelada pela Folha, de que o Ministério da Economia de Paulo Guedes planeja deixar de corrigir o salário mínimo e a aposentadoria pela inflação passada.

Uma das medidas seria a desindexação do salário mínimo e dos benefícios previdenciários. Hoje, o salário mínimo é corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior, o que garante a reposição da perda causada pelo aumento nos preços observado entre famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Conforme os dados do Google Trends, o assunto atingiu o pico de interesse dos últimos sete dias na quinta-feira (20). Depois de uma leve queda, a busca aparece estável no gráfico gerado pela plataforma.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de outubro.

São Paulo tem o 4º aluguel mais caro entre 12 cidades da América Latina, diz levantamento

São Paulo é a quarta cidade mais cara para alugar um imóvel entre as principais da América Latina e a sétima com m² mais caro para a compra. A conclusão está em levantamento feito pela QuintoAndar com dados de Argentina, Brasil, Equador, México, Panamá e Peru.

De acordo com a plataforma, a cidade mais cara para alugar e vender um imóvel entre as analisadas é Buenos Aires, na Argentina, que enfrenta uma inflação de 70%. O preço do m² para aluguel na capital argentina está em US\$ 11,8 (cerca de R\$ 63,60). E, para compra, custa, em média, US\$ 2.479 (em torno de R\$ 13.362).

Foram escolhidas 12 cidades representativas economicamente com volume significativo de anúncios nos portais do Grupo QuintoAndar. Juntas elas somam 55 milhões de habitantes, afirma a empresa.

Segundo o levantamento, o gasto com aluguel está comprometendo a renda dos moradores de forma crítica. Apenas em 3 das 12 cidades analisadas o percentual de comprometimento da renda com a locação fica abaixo dos 30%.

"Mesmo que os valores nominais dos imóveis não superem a inflação nos últimos anos, cada vez mais o impacto do aluguel na renda é sentido pelos moradores", afirma o levantamento.

Para os autores do material, contribuem para este cenário o crescimento acelerado das cidades e as legislações restritivas para o aproveitamento do solo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 27 de outubro.